

ESTADO DA PARAIBA
GABINETE DO GOVERNADOR



Mensagem nº 10

João Pessoa, 10 de março de 1991

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dos membros desse Poder Legislativo, por intermédio de Vossa Excelência, o anexo Projeto de Lei que trata de operação de crédito para implantação do Sistema de Transporte de Massa urbano da cidade de João Pessoa, numa atuação conjunta entre o Governo do Estado e a Prefeitura.

Pela proposta apresentada, fica o Poder Executivo autorizado a contrair, nos termos da linha PROBASE, junto à Caixa Econômica Federal ou agente financeiro por ela credenciado, até o limite correspondente no valor em moeda nacional base MAR/91 o equivalente a Cr\$ 12.000.000.000,00 (DOZE BILHÕES DE CRUZEIROS).

Em garantia da liquidação do principal e acessório dos recursos previstos, o Poder Executivo fica autorizado, em nome do Estado da Paraíba, a vincular parcelas e ceder quotas necessárias e suficientes

Exmo. Senhor

Deputado CARLOS DUNGA MARQUES

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba

N E S T A

ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO GOVERNADOR



das receitas oriundas de tributos ou de transferências da União, podendo, ainda, abrir créditos suplementares no orçamento vigente da Lei Orçamentária nº 5.347, de 28 de dezembro de 1990.

Adianto a Vossa Excelência que, durante a vigência dos respectivos contratos, será consignada nos orçamentos anuais do Estado dotação necessária à amortização das operações de crédito, bem como pagamento dos encargos financeiros delas decorrentes e para contrapartidas de recursos próprios corrigidos eventualmente pela linha de financiamento.

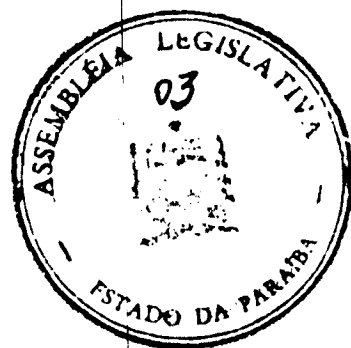
Na certeza de que os ilustres Pares dessa Colenda Casa compreendem a importância e o alcance da medida proposta, e por reputar a matéria da mais alta relevância, solicito que o Projeto de Lei em questão seja apreciado e votado no prazo constitucional, esperando, para tanto, contar com o apoio e sensibilidade de Vossa Excelência e demais membros dessa Egrégia Casa Legislativa.


TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY

Governador.



ESTADO DA PARAÍBA



Projeto de Lei Nº 11/91.

de

de março de 1991

Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de créditos com instituições financeiras, a oferecer garantias, e dá providências correlatas.

O Governador do Estado da Paraíba :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, em nome do Estado da Paraíba, contratar ou garantir financiamento com a Caixa Econômica Federal - CEF, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, PRODURB, modalidade PROBASE, no valor de Cr\$12.000.000.000,00 (DOZE BILHÕES DE CRUZEIROS) base março/1991, destinado à execução de obras de infraestrutura no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Artigo 2º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, no mercado financeiro interno ou externo, junto a instituições financeiras privadas e/ou oficiais, nacionais e/ou estrangeiras, e ou prestar garantias ou contra-garantir, mediante a vinculação de parcelas de suas receitas provenientes de tributos e/ou transferências da União, até o limite de valor em moeda nacional equivalente a US\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE DÓLARES NORTE AMERICANOS), destinados à execução da implantação do Transporte de Massa (Bonde Moderno) de João Pessoa.

Artigo 3º - Para a garantia da dívida e demais obrigações decorrentes do financiamento a ser contraído pelo Estado, observada a finalidade indicada nos artigos 1º e 2º, o Estado cederá e transferirá à instituição financeira, em caráter irrevogável e irretratável, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados - FPE e/ou do produto da arrecadação de outros impostos, na forma da legislação em vigor.

[Handwritten signature]



04

Parágrafo único - Em caso de insuficiência de parte dos depósitos bancários necessários à quitação dos encargos contratuais e/ou, ainda, na hipótese de extinção dessas receitas, a garantia será sub-rogada sobre os fundos ou impostos que venham a substituí-las durante o prazo de vigência do contrato de financiamento autorizado por esta Lei.

Artigo 4º - O Poder Executivo nomeará e constituirá sua bastante procuradora a instituição financeira contratada, outorgando-lhe poderes irrevogáveis e irretratáveis, enquanto não liquidada a dívida, para que as garantias possam ser prontas e plenamente exequíveis, em caso de inadimplemento.

Parágrafo único - Os poderes previstos neste artigo só poderão ser exercidos pela instituição financeira contratada na hipótese de o Estado não efetuar, nos seus vencimentos, quaisquer pagamentos relativos às obrigações assumidas no financiamento a ser contratado.

Artigo 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para atender às despesas necessárias à execução da presente Lei.

Artigo 6º - O Poder Executivo, objetivando a aplicação dos recursos de que tratam os artigos desta Lei, abrirá créditos suplementares no orçamento, nos termos da Lei.

Artigo 7º - Serão consignadas nos orçamentos anuais e plurianuais do Estado, durante o prazo que vier a ser estabelecido para o financiamento, dotações suficientes ao pagamento das parcelas, bem como os valores necessários à contrapartida de recursos próprios no empreendimento.

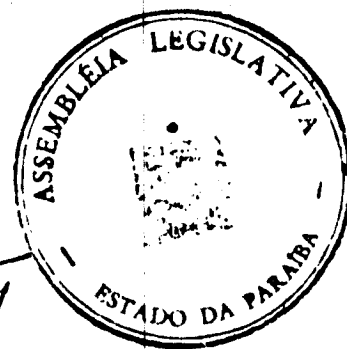
Artigo 8º - O Poder Executivo baixará os atos próprios para a regulamentação da presente Lei.

Artigo 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10º - Revogam-se a disposições em contrário.

PALACIO DO GOVERNO DO ESTADO DA
PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de Março de 1991, 103ª da Proclamação da
República.

Tarcísio Burity
TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
Governador





Remetido à Secretária Legislativa
Em 25 1 03 1 91
J. P. Pina
Diretor da Ass. ao Plenário



Estado do Paraná
Assembleia Legislativa

8

9

ESTADO DA PARAIBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

AO EXPEDIENTE DO DIA 10 de 03 de 1992
Em 09 de 03 de 1992
[Assinatura]
Presidente



Assessoria ao Plenário
Constou no Expediente
Em 10 de 03 de 92
[Assinatura]
Diretor da Ass. ao Plenário

Reconhece como Cidadão Paraibano
o Sr. José Masci de Abreu.

A Assembléia Legislativa Decreta:

Art. 1. - Fica reconhecido como cidadão Paraibano o Senhor
José Masci de Abreu.

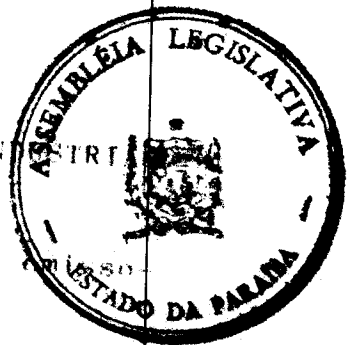
Art. 2. - Esta lei entra em vigor na data de sua publica-
ção.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1992.

[Assinatura]
Roberto Pedro Medeiros
Deputado

Justificativa

Em Plenário.



Em 1.985, fundou a INC LANE - CORRENTES INDUSTRIAIS SITO a Rua Miguel Yunes, 823.

Em 1.990, fundou a "RADIO ATUAL", primeira emissão nordestina dentro da Grande São Paulo.

Em 1.991 - Em área da RADIO ATUAL, fundou o "CENTRO DE TRADIÇÕES NORDESTINAS".

HONRARIAS

A INC LANE em 1.987, ganhou do Ministério de Ciência e Tecnologia o prêmio "MCT SIDMAC" pela nacionalização de vários tipos de correntes industriais até então importadas.

Em 1.988 recebeu o título de membro honorário da Força aérea Brasileira, face aos serviços prestados ao Ministério da Aeronáutica e conferido pelo brigadeiro Socrates Monteiro.

Em 1.990, a RADIO ATUAL, após um mês e meio de fundação recebeu o prêmio "COLONISTA" de Propaganda e Marketing, como melhor criação na área de Propaganda e Marketing.

A Câmara Municipal de Juazeiro e a Câmara Municipal de São Paulo, enviaram oficialmente os cumprimentos pela assistência prestada ao Frei Damiano por ocasião de seu tratamento aqui em São Paulo.

Paralelamente a Câmara Municipal de São Paulo enviou várias Menções Honrosas a RADIO ATUAL pelos serviços prestados a comunidade nordestina.

Em Juazeiro do Norte recebeu o título de "ROMEIRO" emitido pela LIONS CLUB de Juazeiro do Norte.

Em 20 de Outubro do ano corrente fez inaugurar o monumento do Padre Cícero, lançado em ambiente público e com a presença de imensa massa popular a campanha para a beatificação do Padre Cícero colhendo em um só dia cerca de 40.000 assinaturas.



4 ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Iniciada em 1.958, participando no comércio de louças e ferragens da firma " LOUÇAS E FERRAGENS NATAL " situada a Av. Celso Garcia, 5.509 - São Paulo

Em 1.960, ingressou na firma DELTEC, CREDITO INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S/A, sito a Rua Libero Badaro - São Paulo.

Em 1.962 passou a chefiar uma equipe de vendas do SANTA CRUZ WEEK END CLUB, com escritório na Praça da República - São Paulo.

Em 1.962, organizou a AUTO SAPOPEMBA, localizada na antiga estrada de Sapopemba.

Em 1.966, assumiu a presidência da RADIO SOCIEDADE MARCONI à Rua Santa Iereza, 20 - São Paulo. Nesta atividade participou da fundação de inúmeras "Sociedade Amigos de Bairros".

Em 1.970, adquiriu a RADIO APOLLO sito a Praça Oswaldo Cruz, 138 - São Paulo.

Em 1.974, iniciou as atividades em ramo imobiliário com loteamento das áreas, o que em decorrência originou a fundada "A.S.P ABREU CONSULTORIA DE IMOVES" sita na Praça Oswaldo Cruz.

Em 1.976, participou da organização da Rádio " NOVO MUNDO LTDA" (Rádio Capital), sito à Rua da Consolação - São Paulo.

Em 1.980, adquiriu a Rádio CACIQUE posteriormente como RADIO TUPI de São Caetano, transformada em Rádio CACIQUE que foi transformada em Rádio DIETSORA DO BRASIL e após Radio TUPI de São Paulo.



1- DADOS PESSOAIS

Nome: JOSÉ MASCI DE ABREU

Filiação: Pai- José Guimarães de Abreu
Mãe- Joana Masci de Abreu

Nascimento: 08.12.44

Nacionalidade: Brasileiro

Estado civil: Casado

Esposa

Maria Brutea Hellmeister de Abreu

Nome das filhas: Renata Hellmeister de Abreu (15.04.1982)

Christiane Hellmeister de Abreu (07.12.1987)

Residência: Rua: Barbosa Lopes, 64 - Granja Julieta - *S. Paulo - S.P.*

2- Documentos

Identidade: 2.648.605

() 183.729.888-20

Part. Político

Pis: 112.354.794.68

3- DADOS EDUCACIONAIS

Primário - Colégio Vicente de Paulo - São Paulo

Secundário- Colégio Estadual da Penha - São Paulo

Superior - Incompleto até 2º ano da Faculdade de
Direito de Taubaté - São Paulo



Em 1.985, fundou a INC LANE - CORRENTES INDUSTRIAIS SITO à Rua Miguel Yunes, 823.

Em 1.990, fundou a "RADIO ATUAL", primeira emissora nordestina dentro da Grande São Paulo.

Em 1.991 - Em área da RADIO ATUAL, fundou o "CENTRO DE TRADIÇÕES NORDESTINAS".

5-HONRARIAS

A INC LANE em 1.987, ganhou do Ministério de Ciência e Tecnologia o premio "MCT SIDMAC" pela nacionalização de vários tipos de correntes industriais até então importadas.

Em 1.988 recebeu o título de membro honorário da Força aérea Brasileira, face aos serviços prestados ao Ministério da Aeronáutica e conferido pelo brigadeiro Socrates Monteiro.

Em 1.990, a RADIO ATUAL, após um mês e meio de fundação recebeu o prêmio "COLONISTA" de Propaganda e Marketing, como melhor criação na área de Propaganda e Marketing.

A Câmara Municipal de Juazeiro e a Câmara Municipal de São Paulo, enviaram oficialmente os cumprimentos pela assistência prestada ao Frei Damiano por ocasião de seu tratamento aqui em São Paulo.

Paralelamente a Câmara Municipal de São Paulo enviou várias Menções Honrosas a RADIO ATUAL pelos serviços prestados a comunidade nordestina.

Em Juazeiro do Norte recebeu o título de "ROMETRO" e mitido pela LIONS CLUB de Juazeiro do Norte.

Em 20 de Outubro do ano corrente fez inaugurar o monumento do Padre Cícero, lançado em ambiente público e com a presença de imensa massa popular a campanha para a beatificação do Padre Cícero colhendo



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



Registrado no Livro de Plenário
às Fls. 11 Sob No 1132
EM, 09, 03, 1992

publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia 1 / 1 /
de 9 .
PA 1 / 19 92

SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa
Em 10 1 03 1992
Primo Ribeiro
Diretor da Ass. ao Plenário

Secretaria das Finanças

Miguel Barreiro Neto
Secretário de Agricultura,
Irrigação e Abastecimento

Marcos Benjamim Soares
Secretário de Segurança Pública

Sebastião Guimarães Vieira
Secretário de Educação e Cultura

Zenóbio Fernandes de Oliveira
Secretário de Infra-estrutura

João Luiz Moreira Lustosa
Secretário de Saúde

Isidoro Cunha
Secretário de Obras e Habitação Civil

João Gomes
Secretário de Transportes e Comunicações

João de Deus
Secretário de Trabalho e Ação Social

João de Deus
Secretário de Trabalho e Ação Social

João de Deus
Secretário de Trabalho e Ação Social

João de Deus
Secretário de Trabalho e Ação Social

João de Deus
Secretário de Trabalho e Ação Social

Secretaria do Trabalho e Ação Social

João de Deus
Secretário de Indústria, Comércio,
Turismo, Ciência e Tecnologia

João de Deus
Secretário de Indústria, Comércio,
Turismo, Ciência e Tecnologia

João de Deus
Secretário de Indústria, Comércio,
Turismo, Ciência e Tecnologia

João de Deus
Secretário de Indústria, Comércio,
Turismo, Ciência e Tecnologia

João de Deus
Secretário de Indústria, Comércio,
Turismo, Ciência e Tecnologia

João de Deus
Secretário de Indústria, Comércio,
Turismo, Ciência e Tecnologia

João de Deus
Secretário de Indústria, Comércio,
Turismo, Ciência e Tecnologia

João de Deus
Secretário de Indústria, Comércio,
Turismo, Ciência e Tecnologia

João de Deus
Secretário de Indústria, Comércio,
Turismo, Ciência e Tecnologia

João de Deus
Secretário de Indústria, Comércio,
Turismo, Ciência e Tecnologia

João de Deus
Secretário de Indústria, Comércio,
Turismo, Ciência e Tecnologia

João de Deus
Secretário de Indústria, Comércio,
Turismo, Ciência e Tecnologia

LEI N.º 5.558, de 14 de janeiro de 1992

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Santo Antônio de Pádua, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Santo Antônio de Pádua, com sede e foro na cidade de Mulungu, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, em João Pessoa, 14 de janeiro de 1992, 104º da Proclamação da República.

[Assinatura]
RONALDO CUNHA LIMA
GOVERNADOR

Inaldo Rocha Leão
Secretário da Cidadania e Justiça

LEI N.º 5.559, de 14 de janeiro de 1992

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PARAIBANO AO DR. ALVARO FILGUEIREDO MATA DE MENDONÇA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É concedido o Título de Cidadão Paraibano ao Dr. Alvaro Filgueiredo Mata de Mendonça.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, em João Pessoa, 14 de janeiro de 1992, 104º da Proclamação da República.

[Assinatura]
RONALDO CUNHA LIMA
GOVERNADOR

LEI N.º 5.560, de 14 de janeiro de 1992

Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Dr. JOSÉ MASCÊ DE ABREU e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Paraibano ao Dr. José Mascê de Abreu.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, em João Pessoa, 14 de janeiro de 1992, 104º da Proclamação da República.

[Assinatura]
RONALDO CUNHA LIMA
GOVERNADOR

Inaldo Rocha Leão
Secretário da Cidadania e Justiça

José Soares Rêgo
Secretário das Finanças

Miguel Barreiro Neto
Secretário da Agricultura, Irrigação e Abastecimento

Murilo Benjamin Soares
Secretário da Segurança Pública

Sebastião Guimarães Vilela
Secretário da Educação e Cultura

Zenóbio Trogiano de Oliveira
Secretário da Infra-Estrutura

José Zuca Moreira Justo
Secretário da Saúde

[Assinatura]
IVANDRO CUNHA LIMA
Secretário Chefe do Gabinete Civil

José Gomes Lima Júnior
Secretário Chefe do Gabinete Militar

Solen Henriques de Sá e Benevides
Secretário da Administração

Fernando Rodrigues Costa

ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO GOVERNADOR



Mensagem nº 10

João Pessoa, 10 de março de 1991

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dos membros desse Poder Legislativo, por intermédio de Vossa Excelência, o anexo Projeto de Lei que trata de operação de crédito para implantação do Sistema de Transporte de Massa urbano da cidade de João Pessoa, numa atuação conjunta entre o Governo do Estado e a Prefeitura.

Pela proposta apresentada, fica o Poder Executivo autorizado a contrair, nos termos da linha PROBASE, junto à Caixa Econômica Federal ou agente financeiro por ela credenciado, até o limite correspondente no valor em moeda nacional base MAR/91 o equivalente a Cr\$ 12.000.000.000,00 (DOZE BILHÕES DE CRUZELROS).

Em garantia da liquidação do principal e acessório dos recursos previstos, o Poder Executivo fica autorizado, em nome do Estado da Paraíba, a vincular parcelas e ceder quotas necessárias e suficientes

7

Exmo. Senhor

Deputado CARLOS DUNGA MARQUES

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba

N E S T A

ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO GOVERNADOR



das receitas oriundas de tributos ou de transferências da União, podendo, ainda, abrir créditos suplementares no orçamento vigente da Lei Orçamentária nº 5.347, de 28 de dezembro de 1990.

Adianto a Vossa Excelência que, durante a vigência dos respectivos contratos, será consignada nos orçamentos anuais do Estado dotação necessária à amortização das operações de crédito, bem como pagamento dos encargos financeiros delas decorrentes e para contrapartidas de recursos próprios corrigidos eventualmente pela linha de financiamento.

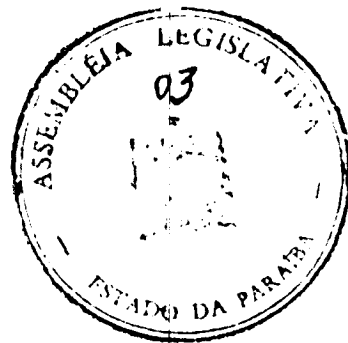
Na certeza de que os ilustres Pares dessa Colenda Casa compreendem a importância e o alcance da medida proposta, e por reputar a matéria da mais alta relevância, solicito que o Projeto de Lei em questão seja apreciado e votado no prazo constitucional, esperando, para tanto, contar com o apoio e sensibilidade de Vossa Excelência e demais membros dessa Egrégia Casa Legislativa.


TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY

Governador.



ESTADO DA PARAÍBA



Projeto de Lei Nº 11/91.

de de março de 1991

Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de créditos com instituições financeiras, a oferecer garantias, e dá providências correlatas.

O Governador do Estado da Paraíba :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, em nome do Estado da Paraíba, contratar ou garantir financiamento com a Caixa Econômica Federal - CEF, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, PRODURB, modalidade PROBASE, no valor de Cr\$12.000.000.000,00 (DOZE BILHÕES DE CRUZEIROS) base março/1991, destinado à execução de obras de infra-estrutura no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Artigo 2º - Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, no mercado financeiro interno ou externo, junto a instituições financeiras privadas e/ou oficiais, nacionais e/ou estrangeiras, e ou prestar garantias ou contra-garantir, mediante a vinculação de parcelas de suas receitas provenientes de tributos e/ou transferências da União, até o limite de valor em moeda nacional equivalente a US\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE DÓLARES NORTE AMERICANOS), destinados à execução da implantação do Transporte de Massa (Bonde Moderno) de João Pessoa.

Artigo 3º - Para a garantia da dívida e demais obrigações decorrentes do financiamento a ser contraído pelo Estado, observada a finalidade indicada nos artigos 1º e 2º, o Estado cederá e transferirá à instituição financeira, em caráter irrevogável e irretratável, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados - FPE e/ou do produto da arrecadação de outros impostos, na forma da legislação em vigor.



Parágrafo único - Em caso de insuficiência de parte dos depósitos bancários necessários à quitação dos encargos contratuais e/ou, ainda, na hipótese de extinção dessas receitas, a garantia será sub-rogada sobre os fundos ou impostos que venham a substituí-las durante o prazo de vigência do contrato de financiamento autorizado por esta Lei.

Artigo 4º - O Poder Executivo nomeará e constituirá sua bastante procuradora a instituição financeira contratada, outorgando-lhe poderes irrevogáveis e irretratáveis, enquanto não liquidada a dívida, para que as garantias possam ser prontas e plenamente exequíveis, em caso de inadimplemento.

Parágrafo único - Os poderes previstos neste artigo só poderão ser exercidos pela instituição financeira contratada na hipótese de o Estado não efetuar, nos seus vencimentos, quaisquer pagamentos relativos às obrigações assumidas no financiamento a ser contratado.

Artigo 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para atender às despesas necessárias à execução da presente Lei.

Artigo 6º - O Poder Executivo, objetivando a aplicação dos recursos de que tratam os artigos desta Lei, abrirá créditos suplementares no orçamento, nos termos da Lei.


Artigo 7º - Serão consignadas nos orçamentos anuais e plurianuais do Estado, durante o prazo que vier a ser estabelecido para o financiamento, dotações suficientes ao pagamento das parcelas, bem como os valores necessários à contrapartida de recursos próprios no empreendimento.

Artigo 8º - O Poder Executivo baixará os atos próprios para a regulamentação da presente Lei.

Artigo 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10 - Revogam-se a disposições em contrário.

PALACIO DO GOVERNO DO ESTADO DA
PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de Março de 1991, 103ª da Proclamação da
República.


TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY

Governador

